Elites periféricas e Desenvolvimento: um diálogo entre a Teoria da Dependência e a sociologia de Florestan Fernandes

Eduarda Moura Pereira
Mestranda pelo PPGE-IE/UFRJ
eduarda.pereira@ppge.ie.ufrj.br

Resumo: O presente trabalho propõe um diálogo entre a Teoria da Dependência e a sociologia crítica de Florestan Fernandes para analisar o papel das elites periféricas na reprodução do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina. A partir desse objetivo inicial, o artigo contrasta as principais teses da versão marxista (TMD) e da versão weberiana (TWD) da dependência, destacando suas convergências e divergências em relação à perspectiva de Fernandes. Argumenta-se que a associação entre a burguesia local e o capital internacional não é acidental, mas sim estrutural e histórica, inviabilizando a construção de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento. Em especial, corroboramos as críticas de Fernandes e da TMD à possibilidade de existir uma "burguesia nacional" no Brasil, assim como suas defesas análogas da revolução socialista como única via de superação do capitalismo dependente. Por fim, o artigo também examina o cenário político-econômico recente do Brasil, sobretudo após o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão da extrema-direita conservadora, reafirmando a atualidade dessas duas interpretações para o século XXI. Conclui-se que ambas são ferramentas bastante adequadas para compreendermos a permanência da desigualdade, da subordinação externa e do papel conservador das classes dominantes na periferia.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico; Teoria da Dependência; Florestan Fernandes; Elites Periféricas; Subdesenvolvimento; Capitalismo; Brasil.

1. Introdução e contexto histórico

As três décadas que se sucederam a partir de 1930 marcaram a história política e econômica do Brasil em razão dos grandes planos de desenvolvimento e industrialização articulados no período, parte de uma estratégia nacional sustentada pelo Estado e que se baseava amplamente na teoria desenvolvimentista, em torno da qual se reuniam intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ao estruturalismo latinoamericano. Nessa fase, o objetivo era promover o crescimento econômico através de forte intervenção estatal, da industrialização por substituição de importações e de investimentos voltados à infraestrutura em setores chave para alavancar a superação do subdesenvolvimento.

Foi em meados da década de 1960 que começaram a surgir os primeiros sinais de decadência desse modelo. No plano internacional, a economia mundial capitalista vivia o início de uma nova crise estrutural, responsável por redefinir os limites e possibilidades da acumulação de capital nas economias periféricas, com escassa perspectiva para novas tentativas de conciliação de classes, que chegou a sustentar o projeto nacional-desenvolvimentista nas décadas anteriores. (CARCANHOLO, 2023). Isso se refletiu na Revolução Cubana de 1959, no apoio a golpes de Estado e na implementação de ditaduras militares em diversos países da América Latina com o apoio direto do governo dos Estados Unidos.

No plano nacional o modelo de industrialização por substituição de importações chegou a sua exaustão, dentre outros motivos, em razão dos limites impostos à ampliação do mercado interno, da heterogeneidade técnica de sua estrutura produtiva, do aumento da dívida externa e da incapacidade de se realizar o enfrentamento do assédio do capital internacional e da distribuição regressiva da renda (ROLEMBERG, 2023). Imersas neste contexto, aparece tanto a Teoria da Dependência em si, quanto a abordagem sociológica de Florestan Fernandes em torno da articulação entre classes sociais e o capitalismo dependente no Brasil.

Ambos os trabalhos, cada um dentro de seu escopo teórico, sinalizaram insuficiências na teoria desenvolvimentista no que tange a capacidade de articular organicamente a análise dos processos históricos, sociais, econômicos e culturais que permeiam o desenvolvimento econômico da América Latina. Segundo Corsi (2022, p.230), um ponto assinalado por Fernando Henrique Cardoso, principal autor da corrente weberiana da teoria da dependência, e que foi incorporado por seu professor Florestan Fernandes, é justamente a deficiência das análises da CEPAL no que tange ao foco exacerbado em questões econômicas, não sendo capaz de “perceber que sem uma discussão das estruturas, dos processos sociais e políticos e da luta de classes não seria possível entender as contradições e os inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na região”.

Nesse ponto, é interessante apresentar o contexto institucional que conecta os autores dependentistas ao trabalho de Florestan Fernandes, um autor que, apesar de tratar do capitalismo dependente, não figura em nenhuma obra tradicional de referência para a história do pensamento econômico brasileiro. Fernandes foi um dos principais acadêmicos ligados à Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), onde ele estabeleceu uma agenda de pesquisa sobre a realidade histórica nacional que superava os estudos baseados na sociologia clássica européia e estadunidense que orientava a análise no Brasil até então. Para isso, teve ajuda dos seus assistentes de pesquisa Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni na disputa hegemônica que traçou com os autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (CASTELO, 2012).

Segundo Bresser-Pereira (2010), as ideias propagadas pelo ISEB tinham caráter mais político e eram complementadas no nível econômico pelo pensamento estruturalista da CEPAL. A interpretação nacional-burguesa proposta pelos intelectuais do ISEB se uniu à CEPAL na defesa da estratégia nacional-desenvolvimentista e da necessidade de um estado-nação forte para alcançar o desenvolvimento econômico que só seria possível através de uma estratégia nacional de industrialização articulada entre a burguesia nacional e os demais atores políticos do país.

Nesse contexto, a Revolução Cubana de 1959 teve especial importância na projeção da crítica do desenvolvimentismo traçada pelo Departamento de Sociologia da USP. Abriu-se espaço para a radicalização da esquerda latinoamericana e contrariou-se a interpretação etapista do desenvolvimento do capital que incorporava até então a visão marxista oficial, segundo a qual "só após a plena constituição do capitalismo é que a revolução socialista seria possível" (CARCANHOLO, 2023, p.3). A experiência cubana, portanto, desafiava esse esquema da tese marxista de "revolução por etapas" que defendia uma aliança da classe trabalhadora com as burguesias nacionais para a transição ao socialismo, sendo possível conceber uma revolução socialista como a ordem do dia (ROLEMBERG, 2023, p.12). Para os novos grupos intelectuais da esquerda latinoamericana, isso ajudou a corroborar a ideia de que as elites locais são intrinsecamente dependentes e não é possível pensar na existência de uma burguesia nacional na periferia do capitalismo (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 19).

Essa crítica à ideia etapista de desenvolvimento é um ponto bastante relevante de interseção entre a sociologia de Florestan Fernandes e as diferentes interpretações da teoria da dependência - a saber, sua versão weberiana (TWD) proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e sua versão marxista (TMD) proposta por Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, dentre outros autores. Para esses intelectuais,

> "o subdesenvolvimento teria surgido e se reproduz continuamente no interior do processo de expansão capitalista (...). Dessa maneira, a contínua reprodução da situação de subdesenvolvimento faz com que este não seja uma etapa a ser superada, mas sim uma forma de ser das economias periféricas dominada pelo capital e pelos países centrais" (CORSI, 2022, p. 233).

Em especial, outro ponto de interseção entre esses autores delimita o objetivo principal deste trabalho. Em todos eles, de uma forma ou de outra, discorre-se sobre o caráter dependente das elites latinoamericanas e da brasileira em especial. Fernandes usa dessa noção para trabalhar sobre as particularidades da revolução burguesa no país (FERNANDES, 1976) e sobre como a estrutura de classes sociais fortalece a reprodução do capitalismo dependente na periferia (FERNANDES, 2009). Por sua vez, no arcabouço da teoria da dependência, argumenta-se que "a causa do atraso econômico dos países subdesenvolvidos estava não apenas na exploração feita pelo centro imperial, mas também, se não principalmente, na incapacidade das elites locais de serem nacionais, de

pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais" (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32), ainda que a conclusão que daí se retira seja bastante divergente entre a TWD e a TMD.

Nesse sentido, este trabalho propõe-se a resgatar esse debate sobre elites periféricas dentro dos trabalhos de Fernandes e do arcabouço da teoria da dependência para pensar a particularidade do caso brasileiro no século XXI, levando em consideração as disputas de poder internas e externas ao Brasil nos últimos anos, a ascensão da extrema-direita e os impactos do neoliberalismo.

Para tanto, a segunda seção do texto explora a obra de Florestan Fernandes para entender suas divergências e aproximações com as duas correntes da teoria da dependência aqui tratadas. Logo mais, realizamos uma apresentação dessas correntes salientando suas respectivas conclusões sobre o caráter dependente de nossas elites periféricas. Na quarta seção, busca-se propor um resgate dessas discussões à luz dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que avançam sobre o Brasil na atualidade. Por fim, conclui-se em favor da TMD e da necessidade de uma mudança fora da ordem como proposta por Fernandes.

1. Florestan Fernandes e a sociologia do capitalismo dependente

Florestan Fernandes é considerado o patrono da ciência social brasileira e o fundador da sociologia crítica no país. Em sua vasta obra ele abordou temas como os métodos da sociologia em si - e a necessidade do cientista social de buscar ajustar-se ao seu objeto de pesquisa -, a questão da raça, do folclore, da política, do Estado e das classes sociais, além de formular sua tese principal segundo a qual houve sim uma revolução burguesa no Brasil, ainda que esta tenha ocorrido de forma particular em razão das contradições intrínsecas ao desenvolvimento econômico, político e social do nosso país (CASTELO, 2012; OLIVEIRA, VAZQUEZ, 2010; CORSI, 2022).

Apesar de trabalhar com a temática do desenvolvimento e da dependência, Florestan não é tradicionalmente considerado um autor da história do pensamento econômico brasileiro, mesmo que tenha debatido e dialogado diretamente com os intelectuais ligados ao ISEB, à CEPAL e à teoria da dependência ao longo das décadas de 1960 em diante (CASTELO, 2012; BRESSER-PEREIRA, 2010). Sua principal contribuição nessa área partiu de suas críticas elaboradas ao desenvolvimentismo, cuja teoria ele considerava excessivamente economicista e insuficiente quanto a abarcar os processos históricos, sociais e culturais que condicionam o subdesenvolvimento na periferia.

Para o autor, o golpe de 1964 evidenciou as ilusões do desenvolvimentismo quanto à existência de uma burguesia nacionalista no Brasil capaz de levar a cabo um projeto nacional de capitalismo autônomo. Em termos gerais, num primeiro momento suas críticas se circunscreveram

ao debate metodológico que engendrou com Guerreiro Ramos sobre o uso de conceitos da sociologia clássica para se interpretar o Brasil. Não obstante, num segundo momento - justamente após o golpe militar de 64 - Florestan se radicalizou política e teoricamente, suas críticas passaram a ser mais contundentes e o marxismo apareceu como principal fio condutor dos seus estudos e propostas de revolução para mudança fora da ordem (CASTELO, 2012; CORSI, 2022).

Considerando em particular sua análise sobre a formação social do Brasil, Florestan se distancia das obras de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck ao avaliar que não havia uma característica capitalista já na fase do empreendimento colonial no país, mas também que não houve uma fase feudal à brasileira, como defendiam respectivamente os dois autores (CORSI, 2022; BORJA, CURTY, LEÓN, 2022). Diferentemente deles, Fernandes ainda considera que houve sim uma revolução burguesa no Brasil, porém esta se deu a partir de 1930 e de forma autocrática com a "intensificação da dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa" (BORJA, CURTY, LEÓN, 2022, p. 209).

Nesse sentido, não houve um rompimento com as estruturas de dominação herdadas do passado escravista e colonial, nem com a hegemonia dos Estados Unidos na fase imperialista do capital, fazendo com que o Estado brasileiro constantemente acabe se submetendo aos interesses de uma burguesia fraca e associada ao capital internacional (FERNANDES, 2009). Para Fernandes (1976), portanto, nossa revolução burguesa representa o corolário do capitalismo dependente e também do estilo de democracia de cooptação que se consolidou com o golpe de 1964, considerado por Florestan uma contrarrevolução preventiva para frear o avanço popular e fortalecer um regime democrático de caráter excludente, autoritário e controlado pelas elites.

Essa incapacidade de romper com as estruturas originárias de dominação na periferia fez com que o capitalismo fosse introduzido no Brasil antes da plena consolidação da ordem social competitiva, de forma a impossibilitar a formação de uma burguesia nacional capaz de se orientar pelos interesses gerais da nação (FERNANDES, 1976). Da forma como resgatam Oliveira e Vazquez (2010, p. 145),

> A coexistência da ordem social anterior com a então emergente ordem social competitiva fazia com que os pilares desta última, a saber, a livre iniciativa e a propriedade privada, fossem convertidos em privilégios estamentais, que deveriam ser resguardados e mantidos. Esse processo não apenas tolhia os papéis socialmente construtivos associados à competição, como redistribuição da renda e do poder, mas também potencializava a concentração de riqueza, poder e propriedade.

Dada a especificidade da formação social brasileira e da maneira como ocorreu a revolução burguesa no país, Florestan passa a analisar também qual a via específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina. Para isso, o autor descreve o que ele define como as quatro grandes fases da dominação externa no nosso continente: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o imperialismo total (FERNANDES, 2009; CORSI, 2022; CASTELO, 2012). Na primeira fase, que se estende do século XVI ao XIX, define-se a divisão internacional do trabalho que condiciona a periferia ao comércio de matéria-prima e bens primários para a metrópole espanhola ou portuguesa. A organização social apresenta elevadíssimo grau de exploração e a produção é pré-capitalista e baseada na grande propriedade. A fase neocolonialista, por sua vez, inicia-se com os processos de independência na América Latina e com a ascensão da Inglaterra como grande potência mundial. A dominação agora passa a ter caráter econômico e financeiro, sendo a periferia responsável pela geração do excedente necessário à revolução industrial.

Ao longo das últimas quatro décadas do século XIX surge então a terceira fase de dominação externa na América Latina, o imperialismo. É aqui finalmente que se inaugura a era do capitalismo dependente na periferia, na qual a estrutura de dominação intrínseca faz com que as economias periféricas sejam "transformadas em mercadoria, negociadas à distância, sob condições seguras e ultra lucrativas" (FERNANDES, 2009, p. 26). Por fim, a fase do imperialismo total - ou do capitalismo monopolista - aparece após o fim da 2ª Guerra Mundial, quando os EUA tomam lugar enquanto potência imperialista central. Aí é quando ocorre o aprofundamento do processo de internacionalização do capital e também quando as grandes multinacionais passam a criar mecanismos ainda mais complexos de controle externo nos países dependentes.

No desenrolar desse processo, o que de mais importante se conclui na obra de Fernandes (2009) é que não há um rompimento com as estruturas arcaicas de dominação quando o capitalismo se constitui na periferia durante a fase imperialista do capital, sendo justamente por isso classificado como capitalismo dependente. Isso se conecta diretamente com o que foi apresentado anteriormente acerca da formação social do Brasil, pois o moderno acaba surgindo articulado ao atrasado, ponto fundamental para garantir a manutenção do privilégio das classes dominantes e do comportamento subalterno de nossa burguesia (CORSI, 2022; CASTELO, 2012; OLIVEIRA, VAZQUEZ, 2010).

Nesse sentido, a dependência em Florestan Fernandes não é uma mera condição ou acidente. O tipo de capitalismo que surge associado a ela tem uma ética e uma racionalidade própria, sendo capaz de se transformar "seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas, sem no entanto conseguir mudar o padrão de transformação" (FERNANDES, 2009, p. 60). Há aqui também a rejeição da ideia etapista do desenvolvimento, já que o capitalismo dependente se articula

enquanto si mesmo, garantindo a própria reprodução. Reprodução esta que encontra substrato na debilidade das elites periféricas, sempre orientadas à manutenção dos seus privilégios de classe e à submissão ao capital internacional, que ela tende a equilibrar através do aprofundamento da exploração de classe nos seus próprios países.

É justamente a combinação entre elementos de uma consciência burguesa com elementos típicos da consciência oligárquica que torna a mentalidade de nossas classes dominantes extremamente conservadora (CASTELO, 2012, p. 16). Isso se reflete na já abordada 'contrarrevolução preventiva' que caracterizou o golpe de 1964 e na tendência das elites dominantes de articularem sempre mudanças que tenham caráter conservador. Isso retoma a ideia de Fernandes acerca da impossibilidade de se pensar em uma burguesia nacional capaz de levar a cabo um projeto de desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo. Para o autor existe um paradoxo na atuação da burguesia latinoamericana: é exatamente a forma como ela pretendeu se fortalecer, associando-se constantemente ao capital internacional, que debilitou sua capacidade de ação econômica e política em torno de um projeto nacional. Em síntese, elas foram os artífices do capitalismo dependente (FERNANDES, 2009).

Tudo isso corrobora a noção de Florestan (2009) acerca da responsabilidade das classes sociais dominantes na conservação do subdesenvolvimento, já que este é um resultado direto do capitalismo dependente, tanto na esfera econômica quanto nas esferas social, cultural e política. O que ocorre é uma união constante entre o arcaico e o moderno que dinamiza o desenrolar da história latinoamericana, onde qualquer sinal de crescimento vem associado ao aprofundamento da dependência externa, da desigualdade de classe e das estruturas de poder elitista.

Nesse sentido, o autor define como "mudança dentro da ordem" qualquer reforma ou tentativa de transformação social a partir das estruturas existentes, a exemplo da fase desenvolvimentista no Brasil. Seu resultado pode melhorar pontualmente aspectos econômicos e sociais na periferia, mas não é capaz de alterar suas estruturas fundamentais da desigualdade e da dominação de classe, pois a burguesia recorre a esse mecanismo justamente para preservar seus privilégios e, quando se sentem ameaçadas, logo trabalham no sentido de tolher o movimento, como fizeram em 1964 (CORSI, 2022; CASTELO, 2012; OLIVEIRA, VAZQUEZ, 2010).

Por esse motivo, Florestan conclui que a superação do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento que ele reproduz só será possível através de uma "mudança contra a ordem", ou seja, da revolução socialista. Sobre esta, ele conclui:

> "Ela não é fácil, por vários motivos, externos e internos; mas é possível na "escala latinoamericana", como demonstra o exemplo de Cuba. A sua vantagem reside na ruptura total com os fatores e efeitos da dependência e do subdesenvolvimento, sob o capitalismo e

> a sociedade de classes. Na prática, também pode ser adulterada (graças à influência do populismo e de modalidades pseudo-revolucionárias do nacionalismo). Todavia, é a única via efetivamente capaz de superar a dependência e o subdesenvolvimento, convertendo-os em "desafio histórico" e em fonte de solidariedade humana na luta pela modernização autônoma por uma ordem social igualitária" (FERNANDES, 2009, p. 101).

2. A Teoria da Dependência e o papel das elites no desenvolvimento

Como já contextualizado anteriormente, a teoria da dependência representou um esforço crítico para compreender as limitações do desenvolvimento em países periféricos no contexto de inserção em um mercado mundial já constituído sob a hegemonia de algumas economias centrais. Apesar de ter se dividido em suas diferentes versões, algumas ideias centrais são comuns a elas, a saber (BRESSER-PEREIRA, 2010; SANTOS, 1998):

> i) a visão de que o subdesenvolvimento é uma condição intimamente conectada à expansão dos países industrializados, sendo a dependência uma condição estrutural e histórica que se reproduz continuamente;
>
> ii) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma etapa da evolução do capitalismo, o que representa a necessidade de rejeitar o desenvolvimentismo clássico a as teorias da modernização;
>
> iii) a dependência se manifesta na estrutura interna e no comportamento das elites locais, sendo estas incapazes de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais.

Com o intuito de resgatar essa perspectiva acerca das elites periféricas no escopo da teoria da dependência serão abordadas aqui as suas duas correntes principais, weberiana e marxista. Alguns autores como Bresser-Pereira, Gabriel Palma e Blonstrom e Heltne (BRESSER-PEREIRA, 2010; SANTOS, 1998) distinguem ainda uma terceira corrente representada pelos intelectuais ligados à autocrítica estruturalista do final do desenvolvimentismo, sobretudo aquela feita por Celso Furtado. Não obstante, este trabalho se concentra apenas na TWD e na TMD, em concordância com a interpretação de Vieira (2022, p. 258), segundo a qual Furtado "mantém um caminho próprio de reflexão ao enfatizar a dependência cultural e a 'modernização' como fatores de manutenção do subdesenvolvimento". A aproximação maior de Furtado com a teoria da dependência se dá com sua versão marxista, ao concordarem na impossibilidade de se "alcançar um desenvolvimento de maneira dependente e associada" (*iden*).

3.1. A Teoria Weberiana da Dependência

O trabalho seminal da versão weberiana — ou associada — da teoria da dependência é o livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina de Enzo Faletto e Fernando Henrique

Cardoso, publicado em 1969. O subtítulo da obra, “ensaio de interpretação sociológica”, entrega a influência que a Escola de Sociologia de São Paulo e a cátedra de Florestan Fernandes tiveram sobre aquele último autor. Segundo Cardoso e Faletto (2010), se faz necessário integrar a interpretação econômica à sociológica para fornecer os elementos capazes de ampliar nossa compreensão do subdesenvolvimento e de suas condições políticas e sociais particulares às economias periféricas. Nesse sentido, os autores consideram o desenvolvimento

> “como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade” (Cardoso e Faletto, 2010, p. 34).

Em termos gerais, é amplamente utilizado nessa obra o instrumental weberiano de aplicação de ‘tipos ideais’ para analisar as particularidades da evolução do subdesenvolvimento latinoamericano e da formação social na periferia. Com uma abordagem histórico-estrutural, a dependência aparece em sua versão associada como uma forma de dominação que impacta na atuação e na orientação dos grupos sociais dentro de uma determinada vinculação histórica ao mercado mundial (ROLEMBERG, 2023). Para Cardoso e Faletto (2010, p.44), a dependência não pode ser considerada uma variável externa e, portanto, é necessário analisá-la “a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes”.

Ao longo da obra, os autores procuram demonstrar a particularidade da conformação política e social das nações latinoamericanas independentes, que partiu de alianças entre as oligarquias tradicionais e os setores exportadores ligados ao mercado internacional. A partir dessa organização inicial vão se agregando novos atores, a exemplo da burguesia industrial, da classe média urbana, das massas populares e ainda de alguns setores internacionais, que surgem e se fortalecem com base nas transformações estruturais do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, dando vida a novos paradigmas de desenvolvimento ao longo do processo histórico. (ROLEMBERG, 2010).

Com base nessa dinâmica, os autores enfatizam a especificidade com que se dá a evolução do capitalismo em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar (CARDOSO; FALETTO, 2010). Nesse sentido, a TWD postula que há uma debilidade nas burguesias locais dos diferentes países latinoamericanos, além de uma disposição destas para associarem-se ao capital internacional na intenção de assegurar seus privilégios de classe. Isso faz com que essa burguesia tenha um caráter burocrático e conservador, tendo inclusive mais

capacidade de prejudicar a democracia do que a própria política monopolista e expropriadora daquele capital (SANTOS, 1998, p. 28).

Aqui é importante salientar que na TWD não há a negação da existência de uma burguesia nacional, mas sim o entendimento de que esta é incapaz de atuar como agente autônomo do desenvolvimento, justamente por estar estruturalmente integrada ao capital internacional. Forma-se a partir daí uma aliança entre elites internas, empresas multinacionais e o Estado que resulta em um modelo de desenvolvimento dependente que permite crescimento, mas de maneira subordinada e limitada. Cardoso e Faletto (2010) rompem com a ideia de que as burguesias periféricas poderiam repetir o papel revolucionário que a burguesia dos países centrais exerceu durante a Revolução Industrial, pois aquelas não têm autonomia política ou econômica visto que dependem da tecnologia e do capital estrangeiro, participam dos lucros desse sistema e não têm interesse em rompê-lo, além de atuarem como parceiras e intermediárias - não antagonistas - do capital internacional.

O conceito de dependência associada parte, portanto, do pressuposto de que para a periferia não é possível um processo de desenvolvimento autônomo, já que ali não existiria uma burguesia nacionalista capaz de sustentar um projeto que seja de fato nacional. Sendo assim, a única alternativa seria o desenvolvimento associado ao capital externo, pelo qual a elite periférica já apresenta uma relação de dependência histórica e estrutural (CORSI, 2022).

Em termos gerais, o que acontece é que na periferia as classes sociais se digladiam e se entrelaçam na luta pelo poder, sendo influenciadas continuamente pela dinâmica de dominação do mercado mundial, minando a possibilidade de se conceber uma elite voltada a um projeto que tenha caráter propriamente nacionalista (BRESSER-PEREIRA, 2010). Existe aqui uma crítica às ideias estruturalistas da CEPAL, segundo às quais haveria a possibilidade de se formar uma burguesia nacional desenvolvimentista na periferia. A TWD entende que, por sua vez, que essa classe já surge vinculada ao capital externo, sendo estruturalmente dependente.

Entretanto, no arcabouço da TWD o desenvolvimento associado não assegura a superação da miséria e das desigualdades sociais, ainda que seja compatível com o crescimento econômico. Este não seria bloqueado pelas limitações do mercado interno, já que se sustentaria nos investimentos externos, na participação das empresas multinacionais no processo de industrialização e no elevado consumo das classes dominantes e médias (BRESSER-PEREIRA, 2010; CORSI, 2022). Segundo Rolemberg (2023, p. 30), na etapa de internacionalização do capital "funda-se a situação material para uma solidariedade entre o capital internacional e o espaço econômico mundial", tornando possível o desenvolvimento associado, ainda que inicialmente o

processo tenda a se mostrar contraditório, com "a intensificação da exclusão de setores populares e o advento de regimes autoritários" (*iden*, p.31).

3.2. A Teoria Marxista da Dependência

Assim como a TWD, os autores da TMD também negam a possibilidade de formação de uma burguesia nacional-desenvolvimentista nas economias periféricas, mas diferentemente daqueles, a versão marxista da dependência enfatiza que a burguesia atua como instrumento de superexploração do trabalho, invalidando a possibilidade de uma margem de negociação ainda que alheia a um projeto autônomo, como defendem os autores weberianos. Os principais nomes dessa corrente são Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Rui Mauro Marini, este último autor da obra seminal Dialética da Dependência que iniciou um relevante debate entre Marini e Cardoso entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 (CARCANHOLO, 2023).

A tese da superexploração é, inclusive, o ponto central do argumento de Marini segundo o qual a única alternativa para a periferia é trabalhar pela revolução socialista, já que não há a possibilidade de um desenvolvimento autônomo para esses países devido à debilidade das burguesias periféricas (BRESSER-PEREIRA, 2010). Nesse sentido, há também o entendimento de que na América Latina "o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional" (Marini, 2017, p. 326), ponto que retoma a negação da ideia etapista de desenvolvimento.

Historicamente a periferia latinoamericana se insere na estrutura definida pela divisão internacional do trabalho, a qual condiciona o desenvolvimento da região e reproduz a situação de dependência. Dependência esta que agora já não é a mesma da situação colonial, ainda que haja uma continuidade entre elas. É com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas essa divisão internacional do trabalho, na qual a periferia tende a se colocar como exportadora de matérias-primas e de outros produtos de baixo valor agregado. Mesmo que essa divisão alcance um novo estágio, a condição de dependência se revela como a mais duradoura para as economias periféricas - que permanecem reféns da situação de troca desigual - e, por conseguinte, desempenha um papel significativo ao aumento da mais-valia nos países centrais (Marini, 2017).

A partir daí, o desequilíbrio de forças entre centro e periferia não é combatido através do aumento da capacidade produtiva das nações periféricas, mas sim pela maior exploração do trabalhador. A transferência de valor torna-se, dessa forma, um tipo de transferência de mais-valia

entre a periferia e o centro, cujo resultado direto é aguçar nas elites a ânsia por lucro e a exacerbação dos métodos de extração do trabalho excedente. Para Marini (2017, p. 334), esses mecanismos se resumem - mas não se esgotam - na intensificação do trabalho, no prolongamento da jornada de trabalho e na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Assim sendo, na TMD também há a identificação da dependência enquanto forma social, desta vez colocada enquanto um mecanismo que configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, acentuando até o limite suas contradições (Marini, 2017). Os autores da corrente marxista da dependência partem do materialismo histórico-dialético para interpretar a dinâmica do capitalismo dependente, estruturar metodologicamente a tese da superexploração da força de trabalho e postular a existência de um tipo de subimperialismo entre as nações periféricas mais avançadas e aquelas que se encontram mais atrasadas (ROLEMBERG, 2023).

É justamente a opção das elites periféricas de compensar suas perdas com as transferências de valor através da intensificação da exploração dos trabalhadores que compõe o elemento central da situação de dependência e da impossibilidade de se constituir uma burguesia nacional na periferia do capitalismo. Há constantemente a recorrência ao capital internacional para seguir avançando para etapas mais complexas da industrialização e qualquer avanço tecnológico se volta principalmente às exportações e ao consumo das classes médias e da burguesia, conjugando-se com a superexploração da força de trabalho (ROLEMBERG, 2023, p. 22).

Segundo Bresser-Pereira (2010, p.33), "a interpretação da dependência enfatiza a exploração de classes muito mais do que a exploração das nações". É por isso que há na TMD a centralidade da tese da superexploração e a preocupação em mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes na manutenção dessa condição. Diferentemente da sua versão weberiana, a TMD nega a possibilidade de um desenvolvimento associado favorável à periferia, já que esta só se desenvolve de forma subordinada, reproduzindo o subdesenvolvimento e a dependência. O processo de industrialização da fase do desenvolvimentismo, nesse sentido, não representou um progresso real, mas sim uma forma adaptada de manter a dependência e a subordinação.

Como resume Rolemberg (2023, p. 23),

> "a integração capitalista mundial e a associação entre as burguesias dependentes e o capital estrangeiro imperialista dita o caráter subordinado que se estabelece nas classes dominantes locais, inviabilizando o enfrentamento propugnado para as supostas 'burguesias nacionais' na promoção de um desenvolvimento capitalista nacional".

Sendo assim, dado que as elites estão intrinsecamente conectadas ao capital internacional e agem objetivamente no sentido de manter a superexploração para compensar os efeitos da troca

desigual, a superação do capitalismo dependente só seria possível através de uma via revolucionária, socialista e anti-imperialista. Da forma como Marini (2017, p. 327) coloca, "a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida".

3. Elites periféricas e dependência nas últimas três décadas

Tudo isso posto, propomos agora um diálogo entre a teoria da dependência e a sociologia crítica de Florestan Fernandes. Aqui é interessante delinear os pontos de contato entre este autor e as diferentes correntes dependentistas. Florestan concordava com a ideia geral da dependência de que a economia mundial é uma totalidade dinâmica, na qual a periferia se encontra historicamente em posição subordinada aos países centrais, segundo uma articulação interna e externa que reproduz o subdesenvolvimento. Ainda assim, o autor discordava de Cardoso e Faletto ao rejeitar a ideia de que a saída para a periferia seria o desenvolvimento associado. Para ele, a melhor solução seria a revolução socialista, em alinhamento com os intelectuais da TMD como Marini, Santos e Bambirra (CORSI, 2022).

4.1. Governo FHC e neoliberalismo: uma breve crítica à dependência associada

No que diz respeito à relação entre Florestan Fernandes e seu aluno Fernando Henrique Cardoso, houve inicialmente um vínculo de amizade e admiração entre eles, que ao longo do tempo evoluiu para uma relação de tensão política e teórica, em especial após FHC se candidatar à presidência do Brasil. Sob a influência do Consenso de Washington, o governo FHC foi marcado por uma estratégia neoliberal de integração ao capital estrangeiro que tornou mais complexos os mecanismos de reprodução do capitalismo dependente já na sua fase de imperialismo total. Para Corsi (2022), o caráter neoliberal do governo FHC significou o aprofundamento do projeto da burguesia dependente no Brasil. Para Bresser-Pereira, a interpretação da dependência associada acabou prevalecendo nas últimas décadas do século XX, "tendo a consequência não esperada de tornar os países latino-americanos mais vulneráveis ao imperialismo" (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 20).

Nesse sentido, as críticas à interpretação da dependência associada iniciam-se já na década de 1970. Em sua resposta aos ataques de Fernando Henrique Cardoso à TMD, Marini acusa os teóricos da dependência-associada de estarem formulando um tipo de 'neodesenvolvimentismo' para dar credibilidade a um projeto de desenvolvimento brasileiro no estilo estadunidense. Quando da candidatura de FHC à presidência, a ideia do seu programa de campanha para um desenvolvimento associado se distanciou das suas origens dependentistas para exaltar ainda mais as

oportunidades de associação ao capital internacional. Sob influência da experiência dos tigres asiáticos, FHC passou a defender que os países periféricos não estão condenados a um desenvolvimento dependente e que a influência da decisão política sobre a estrutura econômica já era muito maior do que nos anos 1960, dando margem para superar o subdesenvolvimento segundo uma lógica etapista contrária à da teoria da dependência original (ANTUNES DE OLIVEIRA, 2022).

Já em seu mandato como presidente, FHC acabou abandonando suas promessas 'neodesenvolvimentistas' para adotar gradualmente políticas neoliberais com a orientação do Consenso de Washington, sob comando do novo Ministro da Fazendo Armínio Fraga e com a justificativa de aumentar a eficiência do Estado depois da crise da dívida e do controle da inflação com o Plano Real. Para Antunes de Oliveira (2022), a administração de FHC falhou em implementar o programa 'neodesenvolvimentista' das suas promessas de campanha em razão dos limites para garantir uma aliança de classes capaz de sustentar um novo projeto nacional de desenvolvimento.

É nesse contexto que em meados da década de 1990 Florestan Fernandes elabora contundentes críticas ao seu ex-aluno, acusando-o de ter aceitado integralmente a influência do FMI e de outras instituições internacionais que representavam o braço direito da política econômica dos Estados Unidos na América Latina (FERNANDES, 1994c). O autor disse ainda que, se eleito, FHC chegaria à presidência com amplas possibilidades de renovar e fortalecer o monopólio do poder das elites tradicionais, tendo em vista sua filiação ao PSDB e às alianças políticas deste partido com siglas conservadoras, clientelistas e plutocráticas, às quais Florestan chama de "os próceres políticos do clientelismo e do fisiologismo" no Brasil (FERNANDES, 1994a).

Decerto, para o ex-orientador de FHC, não só se abriu uma lacuna entre seu aluno enquanto grande cientista social e enquanto político na tentativa de se tornar estadista, mas também acabou sendo "perturbador vê-lo conformar-se com o bloco político de sustentação da ditadura e dos paladinos da reação" (FERNANDES, 1994b). Da forma como o próprio Florestan coloca em um artigo elaborado à Folha de S.Paulo em julho de 1994, a candidatura de Fernando Henrique representava "a volta (do Brasil) à estaca zero do modelo de transição imposto pela ditadura militar, transparente na "Nova República" e insensível à tragédia do povo. Essa aliança pretende impedir a vitória da candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva. Há alguma dúvida?" (FERNANDES, 1994a).

4.2. O Brasil no século XXI: por um resgate de Florestan Fernandes e da TMD

No que tange à aproximação da interpretação sociológica de Fernandes com a versão marxista da teoria da dependência, é possível salientar a compreensão de que o capitalismo dependente está fadado a reproduzir as bases materiais que perpetuam o subdesenvolvimento, a desigualdade de classe e o caráter não nacional de suas elites periféricas. Ainda que Fernandes não possa ser definido propriamente como um teórico da dependência, este trabalho tenta resgatar as similaridades entre sua teoria social crítica e a TMD, assim como suas maiores divergências com a TWD e seu principal autor Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, pretendemos nesta seção reafirmar a validade da corrente marxista da dependência e da obra de Florestan Fernandes para pensarmos os problemas enfrentados pelo Brasil na atualidade. Em particular, corroboramos a interpretação conclusiva que combina esses diferentes autores no entendimento de que só a revolução socialista é capaz de resgatar a América Latina de sua situação de dependência, dada a debilidade de suas elites periféricas que são incapazes de pensar um projeto de desenvolvimento nacional desassociado dos interesses do capital internacional. Da forma como Corsi (2022, p. 239) coloca, a dependência é o projeto das classes dominantes:

> "Não obstante o crescimento econômico, o capitalismo dependente mostra-se incapaz de superar a situação de dependência que é imposta de fora para dentro, mas que é, simultaneamente, uma opção política das classes dominantes, que reconhecem no subdesenvolvimento e na dependência o seu interesse e a única possibilidade de manter sua posição social. A resistência por parte dos dominantes em promover transformações estruturais na sociedade e a manutenção de muitos de seus aspectos arcaicos se devem sobretudo a duas razões, a saber: o receio de um levante das massas populares e a fraqueza das classes dominadas em termos de organização e consciência política, pois no capitalismo dependente estas classes apresentariam grande dificuldade de forjar uma organização independente e um projeto revolucionário. Ao que se soma às imposições do imperialismo, voltadas para manter a dependência".

A atualidade da TMD já era defendida por Theotônio dos Santos em seu trabalho de 1998, ainda que ali ele reconheça as mudanças fundamentais que ocorreram no período após o golpe militar de 1964. Para o autor, os estudos sobre a nova dependência que despontava com o surgimento do subimperialismo e o aprofundamento da marginalização e da exclusão social anteciparam a tendência que se seguiu com a evolução dos acontecimentos nas últimas décadas do século XX. Os regimes ditatoriais que assolaram a América Latina no período foram impostos com a intenção clara de aprofundar a dependência e enfraquecer as forças políticas de orientação democrática. Nesse cenário, a persistência de um sistema econômico mundial dividido entre países centrais e periféricos, assim como a crise da dívida externa na década de 1980 - que reforçou a tese da TMD segundo a qual os países centrais captam o excedente econômico da periferia - são pontos

centrais para demonstrarmos que a teoria da dependência segue viva e bem fundamentada, na visão do autor.

Do mesmo modo, para Florestan Fernandes o golpe de 1964 demonstrou o interesse das classes dominantes de perpetuar nossa condição de dependência frente aos países centrais. As intenções desenvolvimentistas de João Goulart, que representavam o que Fernandes viria a classificar de 'revolução dentro da ordem', foram insuficientes para articular as diferentes classes em prol de um interesse coletivo e nacional. As forças conservadoras foram rápidas em garantir a supressão do movimento com forte apelo à opressão e à violência (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010). Dado o devido dimensionamento, podemos traçar um paralelo entre o que ocorria em meados dos anos 1960 e o que está a se passar no Brasil após o golpe de 2016 e a destituição da presidente Dilma Rousseff, que sofreu um impeachment planejado pela oposição e pelo seu próprio vice-presidente Michel Temer.

Em nome do neoliberalismo e da liberdade econômica, o golpe de 2016 foi responsável por encerrar o período de 14 anos do Partido dos Trabalhadores na presidência e por consolidar o projeto da elite política e econômica do país orientado a interromper o ciclo de governo de caráter social-democrático que prevaleceu no poder executivo ao longo daqueles anos. Mesmo que ainda sob influência da ordem neoliberal, nesse período de 14 anos o país não só viu avançar suas conquistas sociais, mas também buscou mitigar os impactos da desindustrialização levada a cabo nas décadas anteriores, expandindo sua balança comercial com outros países do Sul-Global. Da forma como Martins (2022, p.9) coloca,

> "the 2016 coup d'état in Brazil radically dismantled these policies - a direction that deepened with the Bolsonaro government, demonstrating the strength of dependency among the Brazilian ruling classes, and their attachment to the superexploration of labour, since industrial policies promoted an increase in employment and, thus, union organization and the power of the working classes to increase their consumption and political participation".

Para além disso, o impeachment de Dilma Rousseff contribuiu para o fortalecimento de grupos conservadores de extrema-direita que garantiram a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018, cujo governo avançou sobre as minorias com amplas perdas de direitos e uma condução catastrófica da pandemia de Covid-19 nos seus dois últimos anos de mandato. Hoje, após o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, são esses mesmos grupos que se empenharam a uma nova tentativa de golpe durante os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília e que pedem a anistia dos seus aliados políticos, além da deposição do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, ainda que para isso estejam dispostos a colocar a soberania do país

refém dos interesses do grande capital internacional - vide impasses com as *big-techs* - e do governo de Donald Trump nos Estados Unidos.

Na opinião de Florestan Fernandes esse tipo de mudança conservadora é uma constante na história do Brasil. Todas as nossas fases de desenvolvimento não foram capazes de transformar de fato as estruturas de dominação que garantem a prevalência de elites conservadoras na estrutura nacional de poder. Nesse sentido, esses grupos acabam se utilizando do Estado como uma de suas principais armas na luta de classes e fazendo com que a política brasileira siga funcionando como um 'circuito fechado', no qual a mudança social dentro da ordem se torna uma impossibilidade (CASTELO, 2012). Daí a necessidade de trabalharmos por uma mudança fora da ordem a partir da revolução socialista.

Pensando a atualidade, podemos corroborar tal conclusão da TMD e da obra de Florestan Fernandes ao analisarmos o caráter entreguista do grupo que faz oposição ao governo Lula nesse terceiro mandato. Embora eles se digam patriotas e tenham cooptado a bandeira brasileira ao longo dos últimos anos, eles não pensaram duas vezes antes de ir conspirar contra o próprio país junto do governo Trump, vide a ida dos deputados Eduardo Bolsonaro, Nikolas Ferreira e comitiva aos Estados Unidos para articular sanções políticas e tarifas aos produtos de exportação brasileiros em troca da anistia daqueles que planejavam tomar o poder em janeiro de 2023 (CÂMARA, 2024).

Nesse cenário de mudança na estrutura de hegemonia mundial, da ascensão da China e do novo caráter protecionista da economia americana sob o governo Trump, abrem-se novas oportunidades e também novos desafios para as economias periféricas. As formas de dominação também se renovam com o avanço da financeirização, do colapso climático em andamento e da crescente globalização das empresas multinacionais, que pretendem garantir seus lucros mesmo que isso signifique desrespeitar as leis dos países onde se instalam (NOBRE, 2024; KURAN, 2024). Finalmente, e por todos esses motivos, reconhecemos a validade de se realizar um resgate da TMD em diálogo interdisciplinar com a teoria social de Florestan Fernandes para entendermos as estruturas de dominação que nos cercam interna e externamente e pensar um modelo de revolução fora da ordem que seja capaz de garantir direitos sociais, queda na desigualdade e na dependência externa e, especialmente para os dias de hoje, soberania nacional irrestrita.

4. Conclusões

Referenciar os intérpretes do Brasil significa resgatar obras de caráter político, social e econômico que extrapolam o estudo acrítico de nossa história, posto que fazer o esforço de entender o que nos forma é essencial para traçarmos o caminho para onde vamos. É por esse motivo que o

presente trabalho se propôs a construir uma ponte entre duas grandes interpretações do nosso país, a da teoria da dependência e a da sociologia crítica de Florestan Fernandes. Com esse objetivo, abordamos como ambos os trabalhos se complementam e divergem de acordo com a versão da TD referenciada, mas enfatizamos suas conclusões principais a respeito do caráter dependente de suas elites periféricas incapazes de contribuírem para um projeto de desenvolvimento que seja de fato nacional, formado para o Brasil pelos brasileiros.

Nesse sentido, foi possível concluir neste trabalho a possibilidade de combinarmos a TMD e a sociologia de Florestan Fernandes para interpretarmos o Brasil da atualidade, diante da crescente polarização social, da reorganização da geopolítica na sua fase pós-neoliberal e do avanço da extrema direita conservadora. Para isso, o mais importante é que tal resgate seja feito de maneira crítica e não dogmática, de forma a conseguir capturar o impacto das mudanças que ocorreram desde o momento em que essas interpretações foram construídas até o momento atual. Reconhecemos que o quadro internacional de influências já não é mais o mesmo, assim como a constituição e os interesses das classes dominantes na periferia global. Afinal, estudar um período de tamanha transição não é tarefa fácil, mas contar com os intérpretes do Brasil ajuda a elucidar o caminho.

5. Referências Bibliográficas

ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe. Lost and Found: bourgeois dependency theory and the forgotten roots of neodevelopmentalism. Califórnia: **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 36-56, 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

BORJA, Bruno; CURTY, Carla; LEÓN, Jaime. Visões da revolução brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. *In*: MALTA, Maria et al. (orgs.). **Controvérsias do Pensamento Econômico Brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 183-222.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. São Paulo: **Perspectivas**, v. 38, p. 17-48, 2010.

CÂMARA pagou pelo menos R$ 52,8 mil para deputados irem aos EUA 'denunciar' censura de Moraes. Uol, 27 de maio de 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/27/camara-pagou-pelo-menos-r-

528-mil-a-deputados-que-foram-aos-eua-denunciar-censura-de-moraes.htm. Acesso em: 03/08/2025.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Origens e atualidade da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: **Serviço Social e Sociedade**, v. 146, n. 3, 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista**. 2012. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf. Acesso em 08/05/2025.

CORSI, Francisco Luiz. O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.) **100 anos de Florestan Fernandes:** legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 229-246, 2022.

ELLNER, Steve. Dependency Theory and its revival in the twenty-first century. Cambridge: **Latin American Research Review**, v. 59, p. 744-757, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. O limite da ingenuidade. Folha de S.Paulo, São Paulo, Opinião, p. 2, 8 ago. 1994a. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/08/opiniao/4.html. Acesso em: 08/07/2025.

_____. O novo presidente. Folha de S.Paulo, São Paulo, Opinião, p. 7, 31 out. 1994b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/31/opiniao/7.html. Acesso em: 09/07/2025.

_____. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. Apresentação de Heródoto Barbeiro. São Paulo: TV Cultura, 5 dez. 1994c. 52 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MQe35fx66lU. Acesso em: 08/07/2025.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

KURAN, Íbrahim. Are Dependency Theory and Modern World-System analysis relevante today?. Turquia: **Politik Ekonomik Kuram**, v. 8, n.2, p. 332-344, 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Salvador: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. The longue durée of the Marxist Theory of Dependency and the twenty-first century. California: **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 18-35, 2022.

NOBRE, Marcos. Condicionalidades Periféricas. 2024. Disponível em: https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/teoria-dependencia/. Acesso em: 23/05/2025.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VÁZQUEZ, Daniel Árias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2010.

OSORIO, Jaime. **Reproducción del capital, Estado y sistema mundial:** estudios desde la teoría marxista de la dependencia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2020.

ROLEMBERG, Gabriel. Dependência revisitada: o pensamento de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado em perspectiva comparada. Florianópolis: **Rebela**, v. 113, n.1, p. 10-52, 2023.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. 1998. Disponível em: https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/. Acesso em: 10/06/2025.

VIEIRA, Wilson. Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência. *In*: MALTA, Maria et al. (orgs.). **Controvérsias do Pensamento Econômico Brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 223-262.

XAVIER, Gabriel Lopes. O Imperialismo na América Latina e a Atualidade da Teoria Marxista da Dependência. Florianópolis: **Revista Kátal**, v. 21, n. 2, 2018. p. 387-395.